

TRABALHO INFANTIL: REALIDADE E PERSPECTIVAS*

Cristovam Buarque**

No Brasil, criança é prioridade absoluta, afirma o art. 227 da Constituição. Tem direito à vida, saúde, educação, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Precisa ser colocada a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, opressão. Todos esses são deveres da família, da sociedade e do Estado.

Porém, no Brasil, há milhões de crianças sem nenhuma esperança de futuro, que têm seus direitos desrespeitados justamente por aqueles que deveriam garanti-los. São vítimas do trabalho infantil. A sociedade que deveria protegê-las é a mesma que tolera o trabalho precoce, pois parte do equívoco de que assim elas são mantidas a salvo da vadiagem, da droga, dos perigos da rua. Em vez de garantir seus direitos, admite a exploração de seu trabalho, muitas vezes em situações de violência e risco, pois considera inevitável que elas contribuíssem com a renda de suas famílias.

Esse quadro precisa mudar. É preciso que todos entendam que o trabalho precoce impede o desenvolvimento da criança, afasta-a da escola, dificulta seu aprendizado, prejudica seu desenvolvimento pleno, causa danos físicos ou psicológicos, que podem persistir por toda a vida. É preciso deixar claro que crianças trabalham em troca de nada ou quase nada, e que seu trabalho – mais barato para o empregador – rouba postos de adultos; que uma criança trabalhadora não é defendida por sindicatos e não tem direitos trabalhistas assegurados. O trabalho só é positivo quando acontece a partir da idade mínima e em determinadas condições, combinado com bem-estar, lazer, segurança, educação.

É preciso que todos saibam que o trabalho infantil é fruto da pobreza, desigualdade e exclusão social existentes no Brasil, e coloca nosso futuro em risco. É preciso também disseminar um novo conceito de pobreza, que vai

* Este texto constitui transcrição de exposição oral.

** *Professor e Senador da República.*

além da falta de dinheiro, e resulta da ausência de informação e da negação de direitos básicos como saúde, educação, moradia, transporte, lazer.

Crianças que deixam a escola para trabalhar crescem sem receber formação educacional adequada. No futuro, não conseguirão se inserir no mercado de trabalho, enfrentarão a miséria e o desemprego e condenarão seus filhos ao mesmo futuro. Essa é uma questão ética, como era a questão da escravidão no século XIX, e requer ações radicais.

A baixa escolaridade perpetua a pobreza em um círculo vicioso. Para quebrar esse círculo, é preciso garantir que as crianças pobres estudem.

Pretendo, nesta apresentação, responder a três perguntas. Primeiro: como caracterizar, como definir trabalho infantil? Segundo: por que, em pleno século XXI, o Brasil tem trabalho infantil? E terceiro: o que fazer para resolvermos esse problema?

Com relação à primeira pergunta, quero deixar claro que, para mim, trabalho infantil é criança fora da escola. Estou falando de criança a partir dos cinco anos de idade. Antes dos cinco anos, é óbvio que a sociedade deveria protegê-las, para que nenhuma deixasse de ter aquilo que é essencial para o seu desenvolvimento, que consiste, primeiro, em comer bem; segundo, em ter um atendimento médico para seus problemas de saúde; e terceiro, em ter todos os instrumentais necessários para o seu desenvolvimento intelectual, seja na creche, seja em casa. A partir dos cinco anos, o lugar da criança, de toda criança, é na escola.

Para mim, criança que não está na escola está no trabalho infantil. Não necessariamente no trabalho perverso, não necessariamente no trabalho degradante, como no caso das vítimas de exploração sexual, mas está escravizada, no sentido de que as pessoas nascem algemadas e a algema só é aberta quando se entra na escola. É a escola que tira a pessoa da escravidão. Fora da escola você é prisioneiro, você é escravo: escravo da sua falta de conhecimento numa sociedade da leitura. Qualquer pessoa analfabeta, na sociedade moderna, é escrava. Escrava porque não sabe aonde vai o ônibus que a leva, não sabe que remédio que está tomando, não sabe em que rua está, não é capaz de procurar emprego nos jornais. O analfabetismo é uma forma de escravidão. Então, uma criança fora da escola é uma criança algemada. É claro que há pessoas que se desenvolvem sem passar pela escola, como antigamente havia escravos que davam certo na vida. Houve escravos que chegaram a ter dinheiro, mas eram geniais por exceção, não por regra. Por isso, digo que os chamados “sem-sem” – sem escola e sem trabalho – estão no trabalho infantil.

É certo que, a partir de certa idade, o processo educacional pode ser a soma de escola com atividades de treinamento, até com atividades remuneradas, mas somente – repito – a partir de certa idade, e desde que esse trabalho esteja combinado com a escola. Sem escola, o puro e simples trabalho de uma criança é uma forma de escravidão.

Essa é uma definição que merece ser analisada e contestada, até porque, aceitando que trabalho infantil seja o estado de toda criança fora da escola, precisamos ver as diferentes nuances: desde o trabalho ajudando em casa, ou na roça, sem estar na escola, até o trabalho em pedreiras, ou de distribuidor de drogas – que alguns chamam de “pedreiros” por causa da pedra de *crack*. Eu ouvi há pouco um professor dizendo que uma professora – não foi ele –, em uma escola do Rio de Janeiro, começou a perguntar o que as crianças queriam ser quando crescessem, e uma delas disse que queria ser pedreiro. Ela achou aquilo estranho, porque não lhe parecia uma profissão tão interessante e, então, se aprofundou e descobriu que, para aquele menino, pedreiro era o distribuidor de pedras de *crack*, isso era o melhor que ele imaginava para o próprio futuro. Há degradações muito fortes, mas fora da escola a criança está sempre em alguma forma de trabalho.

Dito isso, a segunda pergunta é: por que, no Brasil, há crianças fora da escola, e algumas em atividade degradante? Por quê? Por duas razões: a primeira é o fato de que o Brasil é um país dividido em duas castas distintas, os pobres e os não pobres. No Brasil, os problemas se resolvem tratando bem os de cima. Resolvem-se os problemas da moradia, do transporte, da segurança dos que estão em cima, e se abandonam os de baixo: na moradia, na segurança e na educação. Temos a educação dos pobres abandonada. Então, a pobreza provoca o trabalho infantil, seja o trabalho com o fim de ganhar renda para levar para casa, como o do pequeno engraxate e do vendedor de bombons, ou aqueles mais graves, dos que trabalham na colheita da juta, no corte de cana, na colheita do cacau ou até mesmo no tráfico. Temos isso por causa da pobreza.

Uma parte da sociedade fica protegida – que são os das camadas mais altas – e ficam abandonados, em tudo, não só em escola, os das camadas mais baixas. É uma característica que ainda resiste a toda a evolução da sociedade brasileira. Resiste, apesar da abolição da escravidão; resiste, apesar da proclamação da República; resiste, apesar da recente redemocratização, há trinta anos; resiste a governos progressistas, como temos tido nos últimos vinte anos. Continua esse *apartheid* social, essa apartação que faz com que haja trabalho infantil. Não vou dizer que seja impossível, porque não existe nada impossível. Mas é muito, muito raro o filho de uma das classes mais altas estar no trabalho. Digo

no trabalho separado da escola. Ajudando a mãe depois da escola, há. Fazendo estágio com o pai, há. Mas sempre com escola. Mesmo assim, é muito raro...

O trabalho infantil, incluindo a não escola, é uma característica das camadas pobres. Seja por falta de renda em casa, que força a criança a trabalhar para ter alguma renda, seja por abandonar a escola, e as crianças nem trabalham nem vão à escola. A criação da Bolsa-Escola teve por objetivo exatamente acabar com o trabalho infantil provocado pela falta de renda. Imaginamos: se a criança trabalha porque precisa de renda, vamos dar a renda para que ela não precise trabalhar e fique na escola. Essa foi a filosofia, a concepção. À época, eu dizia: vamos tirar proveito do fato de as pessoas serem pobres e precisarem de dinheiro para que elas estudem para recebê-lo, essa foi a ideia.

Esta é a primeira causa do trabalho infantil no Brasil: a pobreza, pura e simplesmente. A segunda é uma questão cultural, sobre a qual eu gostaria de ouvi-los. Por alguma razão, na formação do imaginário, do inconsciente coletivo brasileiro, somos um povo que não põe a educação como algo fundamental, valorizado, importante, determinante, símbolo de riqueza. Não somos assim. Mesmo aqueles que se educam, fazem-no procurando a renda que a educação dá, e não a educação *per se*. Um amigo me disse: “Cristovam, você, que anda metido com educação, resolva meu problema. Meu filho, com quem gastei um dinheirão na escola, chegou aos dezessete anos e quer ser filósofo”. Para ele, foi uma frustração total. Mesmo se ele dissesse que queria ser professor, seria uma frustração. Não há ninguém mais bem educado que um filósofo, mas isso significava, para aquele pai, que ele tinha perdido o investimento. Quando gastamos dinheiro com a educação do filho, nós o fazemos pensando que estamos investindo em uma caderneta de poupança, que é a cabeça do menino. Depois, graças ao emprego que ele vai ter, terá de volta esse dinheiro – não o pai, o filho. Mas vai tê-lo de volta. Isso é visto como um investimento financeiro, não como um investimento cultural, porque a cultura não tem valor no nosso País.

Fala-se tanto que o salário de professor é baixo – e é verdade. Por que o salário do professor é baixo, se comparado a outras profissões? Porque a profissão de professor não é valorizada. Por que não é valorizada a profissão de professor? Porque não damos valor à educação, senão o professor teria a melhor remuneração. Durante a Copa do Mundo, vi o salário dos jogadores. Lembro-me de que um só deles tinha um salário correspondente a centenas de anos do piso salarial do professor. Apenas um jogador. Por quê? Porque damos valor ao futebol, mas não à educação. Então, é natural que não se dê valor ao salário do professor. Essa característica é o que mais nos impede de termos todas as crianças na escola e todas as escolas com qualidade. É isto que impede: essa

cultura não educativa, não educacional. Junte-se isso à cultura, à característica social do país, dividido em dois, e está explicada a tragédia da educação, que exclui uma parcela considerável da população. Não é um tema central.

Se vocês prestaram atenção aos debates dos presidenciais, viram que no último, que foi o grande debate, não entrou educação. Vocês notaram isso? O tema educação não entrou. Eis a explicação: os temas estavam em um vaso de vidro, de onde eram retirados um a um. Educação – eles dizem – estava ali dentro e não saiu. Há dois pontos: o primeiro é que educação e alguns outros problemas não tinham de estar misturados a outros. Se estava, é porque não tem importância maior. Segundo, se qualquer dos candidatos tivesse interesse, em qualquer das respostas poderia ter colocado a educação. Mas não colocaram. Um deles o fez um pouco. Quando foi mencionado o problema da droga, falou da importância da educação.

Ora, não se pode mais falar em emprego sem falar em educação. Não se pode mais falar em segurança, em saúde, sem falar em educação. Todos os temas passam pela educação. Nenhum candidato colocou isso porque não faz parte do imaginário brasileiro. Não é um tema que dê voto, que atraia a atenção. Essa cultura é que impede, sobretudo, que demos um salto na educação.

Porém, a realidade está começando a fazer com que descubramos que sem educação não têm futuro o país nem as pessoas. Há até pouco tempo, era perfeitamente possível você ter emprego sem saber ler. O emprego de cozinheira ou cozinheiro poderia ser conseguido sem que se soubesse ler – ou o de lavar roupa. Havia empregos para quem não soubesse ler. Não há mais, acabou. Cito sempre e o repito – fico até encabulado, porque algumas pessoas já me ouviram falar isso: eu estava em Alagoas, Maragogi, num restaurante pequeno à beira da praia. O dono do restaurante me reconheceu e se aproximou com dois senhores, ainda jovens, dizendo que eram europeus e queriam investir em Alagoas. Quiseram me conhecer. Convidei-os a sentar, e os dois já foram dizendo que tinham planejado investir em Alagoas, mas tinham desistido. Perguntei-lhes o porquê. Disseram que era por não encontrarem mão de obra qualificada. Então, perguntei qual era o ramo de trabalho deles. Era criação de cavalos de raça. Perguntei qual era a especialidade, a formação de que eles precisavam nos vaqueiros. Foi uma pergunta estúpida. Um deles disse: “Não temos vaqueiros. Nossos cavalos custam dois, três, quatro milhões de reais. Não os deixamos nas mãos de quem não for veterinário. Nossos remédios são importados, e só aceitamos veterinários que sejam capazes de ler as bulas dos remédios em inglês. Precisamos de dez profissionais. Não conseguimos dez veterinários qualificados que saibam inglês em Alagoas”. Foram embora.

Um dia desses, eu estava num restaurante no Setor Hoteleiro Norte. Gostei da comida e pedi para cumprimentar o cozinheiro. Desci uma pequena escada e, quando cheguei lá, tive a primeira surpresa: não era cozinheiro, mas cozinheira. A segunda surpresa: era uma jovem sem o estereótipo que criamos, até de forma racista, sobre o que é cozinheira. Daí perguntei com quem ela aprendeu a cozinhar – pergunta antiga, velha, do passado –, e ela disse: “Ora com quem, aprendi na universidade – fiz o curso de gastronomia”. É uma realidade nova. Até pouco tempo se aprendia com a tia, com a mãe, com a avó, não numa faculdade. Ela ainda disse – pois fiquei conversando – que “aqui ficamos conversamos pela internet com restaurantes do mundo inteiro, para saber o que há de novo, para saber quais as consequências, para a saúde, dos alimentos que criamos”. Há uma pastelaria aqui, cujo nome não vou dizer para não fazer propaganda, que manda o seu pasteleiro – não sei como se chama – para Paris uma vez por ano, para ver o que há de novo lá. Então, ele precisa falar francês.

É uma realidade nova a necessidade de educação. Isso não havia antigamente. Os escravos, quando chegavam aqui, nunca tinham visto uma enxada. Colocava-se uma enxada na mão deles e eles sabiam produzir o que era preciso. Depois, já precisava de certa especialidade para trabalhar um torno mecânico ou uma solda. Hoje, é preciso “conversar” com as máquinas inteligentes e para isso você precisa saber a linguagem das máquinas inteligentes. Essa linguagem se dá pela computação, que exige formação.

Os programas que o governo brasileiro ultimamente montou – que temos de reconhecer e elogiar – estão fracassando porque colocamos gente na universidade sem base educacional. Criamos um Pronatec em que os alunos entram sem saber o que é ângulo reto, sem saber dividir. Sabem até somar, subtrair e multiplicar, mas não sabem dividir. Então nós, como país, vamos fracassar do ponto de vista do emprego, por causa da falta de educação.

Dia desses fomos buscar médicos no exterior; mas estamos buscando engenheiros, até porque hoje aumentou muito o número dos estudantes de engenharia. Mas só 50% dos estudantes de engenharia terminam o curso no Brasil. Pouca gente sabe disso. Não podemos medir o sucesso do sistema universitário pelo número de universitários, mas pelo número e pela qualidade dos formados. Nesse aspecto estamos parados no tempo, porque aumentamos o número dos que começam, mas não aumentamos o número dos que se formam. Antigamente, abandonava-se a universidade por falta de dinheiro para a mensalidade. Não é mais. Felizmente, hoje, para quem quer estudar, há o Prouni, há o Fies, mas não há conhecimento de matemática para acompanhar o curso de engenharia. O estudante não sabe as bases da física para acompanhar o curso de engenharia.

Abandona no meio. A média de abandono hoje é de 30%, somando todos os cursos. E de 50% na engenharia.

Pois bem, este país não tem futuro sem uma educação que possa fazer do Brasil um país de alta tecnologia. Avançamos muito no país, mas continuamos um país basicamente exportador dos chamados bens primários: soja e ferro. Não somos exportadores de alta tecnologia. Até pode ser fabricado isso aqui, mas o desenho veio de fora. A tecnologia interna veio de fora. Todo remédio que vocês compram, até pode ser fabricado aqui, mas a fórmula veio de fora, não é desenvolvida aqui, salvo raríssimos remédios. Não tem futuro. Uma das regiões mais dinâmicas e ricas do Brasil é a Centro-Oeste, graças à soja. Não vai durar muitos anos, porque começa a haver uma migração da produção de soja do Brasil para África, que está na metade do caminho para China, que é quem compra a nossa soja. Isso já aconteceu com a borracha quando Belém e Manaus eram as cidades mais ricas do Brasil. Quando a borracha foi para Malásia, Belém e Manaus caíram. Aconteceu lá no meu Recife e Olinda, quando o açúcar foi para o Caribe; no Maranhão, quando o algodão foi para o sul dos Estados Unidos; no sul da Bahia, que já foi uma região riquíssima, mas, quando o cacau foi para a África, nossas cidades do sul da Bahia acabaram na pobreza.

Vai acabar. Só há um jeito de não acabar, é transformarmos a produção de soja em produção de criação intelectual, de criação de ciência e tecnologia que produza essas coisas. Porque quanto à soja, você come uma quantidade; quanto à carne, você come uma quantidade e não come mais, já se satisfaz. Mas quanto a um microfone desses, a cada seis meses a gente troca; um computador a gente troca. A produção cria a demanda na área de ciência e tecnologia. Na área de comida, a produção não cria demanda, a demanda é a fome. Satisfeita a fome, encerra a demanda.

Então, não tem futuro este país se não dermos um salto para transformá-lo num país criativo em vez de apenas fabricante, como é hoje. Quase tudo no Brasil é fabricado no Brasil, mas nada é criado no Brasil. Por isso os carros do Brasil não têm nome brasileiro. O carro chinês tem nome chinês, o carro coreano tem nome coreano, o carro japonês tem nome japonês, o carro americano tem nome americano e os nossos chamam-se Ford e outros nomes estrangeiros. Até põem, às vezes, a marca local (Gol), – mas é a marca –, o desenho, todo o resto, são de fora.

O trabalho infantil, no seu sentido de não escola, é uma das amarras do Brasil. E aqui falo da terceira pergunta. Como superar isso? Teoricamente é muito simples: botar todo mundo em escolas de igual qualidade. Neste ponto, quero chamar a atenção de uma coisa. Creio que na economia há desigualdade, mas

a escola que a gente chama de desigual não é desigualdade, mas imoralidade. Você tem um relógio caro, o outro tem um relógio barato. Você tem um carro bonito, o outro anda de ônibus. Isso é desigualdade. Mas ter uma escola boa e uma escola ruim é imoralidade. Isso vale também para saúde. Saúde desigual é imoral. Você viver ou morrer porque tem, ou não, dinheiro é imoral. Você ter acesso ao desenvolvimento do seu potencial intelectual porque tem dinheiro – e outros não terem acesso porque não têm dinheiro – é imoral, não é desigual.

Temos de fazer a escola ser de qualidade e igual para todos. Este país tem de dar um salto para ser decente, para que o filho do trabalhador possa estudar numa escola tão boa quanto a do filho do patrão; para que o filho do mais pobre não precise trabalhar, e estude na mesma escola que o filho do mais rico. Pode até não ser o mesmo prédio, porque moram longe, mas pelo menos a mesma qualidade na escola do condomínio e na escola da favela.

Como fazemos para que neste país todas as escolas sejam igualmente boas, pondo fim ao trabalho infantil na medida em que todos vão estar aí? Com boa escola para todos, sobraria um pequeno residual de crianças fora da escola porque são pobres e precisam de renda, mas isso a Bolsa-Escola resolve. A Bolsa-Família resolve também, se for vinculada à frequência às aulas.

Para essa revolução, precisamos primeiramente ter professores de qualidade. Não tem futuro o país onde o professor não é uma das categorias melhor remuneradas do país. Não tem futuro, porque você não consegue atrair os melhores jovens para o Magistério. Temos de fazer com que os mais brilhantes queiram ir para o Magistério, não só para a Engenharia, para o Ministério Público, para a Medicina, mas também para o Magistério. Para que realmente funcione, é preciso que os salários atraiam os melhores. Além disso, que eles sejam dedicados com exclusividade e avaliados regularmente. Porque você pagar bem a um professor despreparado não melhora a educação; você pagar bem a um professor preparado que não gosta de dar aula não melhora a educação.

O primeiro passo é o professor. O segundo passo é ver que o professor não é mais ele e a sua cabeça. Hoje, a aula é um conjunto de professor, com computador, com televisão, com *hardware* e *software*, com atividades culturais, com prédios bonitos, com prédios confortáveis. A desvalorização do professor é uma das provas de que não damos valor à educação, mas tem outra: a degradação dos prédios escolares. Não é possível que um país de futuro tenha as escolas que estão aí. A cara do futuro de um país é gêmea da cara da escola do presente. Logo, o futuro do Brasil tem uma cara muito feia, porque a maior parte do sistema escolar são prédios degradados, acanhados, sujos, maltratados.

Além do equipamento e do professor, a escola precisa de horário integral. Não é mais aceitável que a escola receba a criança para quatro horas de aula apenas, porque o mundo de hoje exige aprender idiomas, praticar esportes, ter cultura. Isso toma, pelo menos, seis horas.

Essa escola ideal de que estou falando, para chegar um dia ao Brasil inteiro, custaria menos do que o previsto na lei – que já foi sancionada –, que obriga o governo a colocar dez por cento do PIB em educação. Menos de dez por cento, incluindo um investimento profundo nas universidades, a universalização da pré-escola, desde os dois anos de idade, e um grande programa de alfabetização de jovens e adultos.

Essa é a maneira que vejo de combater definitivamente o trabalho infantil. Enquanto isso não for feito, devemos levar a sério as leis que já temos e nos dedicar com mais ênfase à luta contra o trabalho infantil. Então, a minha solução – luto por isso desde o começo do Governo Lula e nunca consegui passar – é uma Secretaria da Criança e do Adolescente. Não há Secretaria da Criança no Governo Federal. Se a Presidenta da República ler no jornal de amanhã que aumentou o trabalho infantil, ela não saberá a quem chamar para responsabilizar. Por quê? Porque ela teria de chamar o Ministério do Trabalho ou o Ministério Público ou o Ministério da Educação ou a Secretaria dos Direitos Humanos e aí se perdeu. Não há um responsável pelo trabalho infantil. Lembro-me de que eu dizia ao presidente Lula que ele precisava de um xerife para resolver o problema do trabalho infantil no Brasil num prazo determinado. É impor a lei, mas que não dará pleno resultado se não fizermos uma revolução na educação boa, e boa para todos.

Venho aqui porque creio que, se convenceremos algumas pessoas disso, podemos criar um grande movimento neste país, como foi criado cento e cinquenta anos atrás pela abolição da escravatura; que venha fazer a abolição desta escravatura do século XXI, que é a educação ruim a que tantos brasileiros têm acesso. Isso é possível e é preciso. Falta vontade nacional.

Vim aqui acreditando que, se pessoas como vocês mergulharem nesse grande movimento educacionista, temos chance de fazer isso acontecer mais rapidamente.

O Brasil ficou para trás e temos uma sociedade desarmônica socialmente e atrasada economicamente. Creio que esses dois problemas – a desarmonia e o atraso – só serão solucionados por uma revolução da educação que assegure educação de qualidade igual para todos e que cada um se desenvolva pessoalmente pelo talento, pela persistência, pela vocação.

Não vamos construir igualdade com educação desigual. A escada social é a escola. É isso que fará com que o Brasil seja um país harmônico na sociedade, avançado na economia, decente na política. Talvez este seja o maior desafio do Brasil: acreditarmos nisso como acreditaram e fizeram a Coreia, a Finlândia e recentemente a Irlanda. Nós ainda não acreditamos. Não conseguimos imaginar um país em que o filho do trabalhador vá à escola do filho do patrão.

Vim tentar convencer vocês, pelo menos alguns, de que é possível abolir essa escravidão do trabalho infantil. Vamos levar adiante uma revolução educacional no Brasil por meio de um grande movimento educacionista, que hoje equivaleria ao movimento abolicionista de cento e cinquenta anos atrás.

Muito obrigado.